

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 983 - RS
(2018/0218325-5)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : CRISTINA MACHADO E OUTRO(S) - RS054287
REQUERIDO : ROSÂNGELA QUADROS DA SILVEIRA
ADVOGADO : LUIS ALBERTO BERGAMASCHI - RS28E809
**ADVOGADA : PAULA CRISTINA ELY BERGAMASCHI BERND -
RS070837**

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei apresentado pelo **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, em acórdão prolatado pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 99/100e):

RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. APOSENTADORIA ESPECIAL DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N. 51/85. ABONO DE PERMANÊNCIA

1) Trata-se de ação de cobrança onde a parte autora persegue a indenização correspondente ao valor do abono de permanência desde o momento em que preencheu os requisitos para aposentadoria voluntária especial, devidamente corrigido, julgada parcialmente procedente na origem.

2) O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória (artigo 40 § 19 da Constituição Federal/88, incluído pela EC n. 41/2003);

3) Completando o servidor policial civil as exigências previstas no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 51/85, recepcionada pela Constituição Federal, consoante entendimento materializado pelo egrégio STF no julgamento da ADI n. 3817, Rel. Min. Carmen Lúcia, e, não obstante, optando por permanecer em atividade, faz jus ao abono de permanência de que trata o artigo 40 § 19 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi conferida pela EC n. 41/2003. Permanece, no entanto, a exigência de que o policial tenha exercido atividade de risco (artigo 40 § 42 inciso II, da Constituição Federal), o que fica presumido em razão da existência de riscos inerentes à própria atividade policial. A Lei Complementar Federal n.144/2014, de 15/05/2014, que atualizou e

alterou a similar de n. 51/1984, mantém a mesma redação e exigência no tocante a aposentação especial e seus requisitos.

4) A aposentadoria especial não requer combinação de idade, pois pode ser adquirida voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem e após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher. Logo, a demanda procede e a parte autora tem direito ao abono de permanência, nos termos da r. sentença originária.

RECURSO INOMINADO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 131e).

Com amparo no art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, alega o Requerente, em síntese, que o acórdão impugnado diverge do entendimento firmado pela 2ª Turma do Colégio Recursal da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, em relação à interpretação do art. 43 do CTN.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, *b e c*, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca

do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

De início, vale destacar que a competência desta Corte para apreciar pedido de uniformização de interpretação de lei federal decorre do art. 18, § 3º, e 19 da Lei n. 12.153/2009, *verbis*:

Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.

[...]

§ 3º Quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será por este julgado.

Art. 19. Quando a orientação acolhida pelas Turmas de Uniformização de que trata o § 1º do art. 18 contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência. (destaque meu)

No caso concreto, trata-se de divergência entre turmas recursais dos Juizados da Fazenda Pública, relativamente à interpretação conferida ao art. 43 do CTN, acerca da incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos a título de abono de permanência.

Esta Corte firmou posicionamento, em recurso especial repetitivo, segundo o qual incide imposto de renda sobre tais valores, como o demonstra o julgado assim ementado:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.

1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.192.556/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 06/09/2010).

Todavia, a despeito da existência de entendimento sedimentado acerca da matéria em exame, não cabe a aplicação da orientação deste Superior Tribunal diretamente ao caso concreto, nas causas idênticas oriundas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, impondo-se o retorno dos autos à origem, a fim de que seja observado o disposto no art. 19, § 6º, da Lei n. 12.153/2009.

Nessa linha: PUIL n. 982/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria DJe de 8.3.2019; PUIL n. 306/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 4.5.2017; PUIL n. 173/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 18.11.2016.

Posto isso, com fundamento no art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, *b* e *c*, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, e art. 19, § 6ª, da Lei 12.153/2009, **determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem, possibilitando o exercício do juízo de retratação.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora